



A Aplicação dos Princípios Contábeis na Gestão de Microempreendedores Individuais: Desafios e Limitações na Prática Empresarial

The Application of Accounting Principles in the Management of Individual Microentrepreneurs: Challenges and Limitations in Business Practice

Luiz Gustavo do Vale Linhares

Graduando em Ciências Contábeis – Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Dorli João Carlos Marques

Orientador Prof. Dr. do Curso de Ciências Contábeis – Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Resumo: Os microempreendedores individuais (MEIs) representam 77% dos novos pequenos negócios abertos no Brasil em 2025 (SEBRAE, 2025), evidenciando sua relevância econômica e social. Apesar dessa expressividade, muitos enfrentam dificuldades na gestão financeira, especialmente quanto à aplicação dos princípios contábeis em sua rotina empresarial. Este estudo tem como objetivo analisar como os princípios contábeis estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) se aplicam à realidade dos MEIs, identificando os principais desafios e limitações que comprometem sua efetiva utilização na prática. Adota-se abordagem qualitativa, com método dedutivo e procedimento bibliográfico, a partir de artigos científicos publicados entre 2020 e 2025 nas bases Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES. Os resultados indicam a existência de lacunas significativas entre a teoria contábil e a prática dos microempreendedores, decorrentes da baixa familiaridade com conceitos contábeis, da ausência de assessoria especializada e da informalidade na gestão desses negócios.

Palavras-chave: microempreendedor individual; princípios contábeis; gestão financeira; contabilidade.

Abstract: Individual microentrepreneurs (MEIs) account for 77% of new small businesses opened in Brazil in 2025 (SEBRAE, 2025), highlighting their economic and social relevance. Despite this significance, many face difficulties in financial management, particularly regarding the application of accounting principles in their daily operations. This article aims to analyze how the accounting principles established by the Federal Accounting Council (CFC) apply to the reality of MEIs, identifying the main challenges and limitations that hinder their effective use in practice. A qualitative approach is adopted, using a deductive method and bibliographic procedure, based on scientific articles published between 2020 and 2025. The results indicate significant gaps between accounting theory and the actual practices of microentrepreneurs, stemming from low familiarity with accounting concepts, lack of specialized advisory support, and informality in business management.

Keywords: individual microentrepreneur; accounting principles; financial management; accounting.

INTRODUÇÃO

Os microempreendedores individuais ocupam um espaço estratégico na economia brasileira. Em 2025, o país registrou a abertura de 4,6 milhões de novos pequenos negócios, sendo 77% deles MEIs, o melhor resultado da série histórica (SEBRAE, 2025). Esses números refletem não apenas o crescimento do empreendedorismo no Brasil, mas também a importância dessa categoria como instrumento de inclusão produtiva e geração de renda para milhões de brasileiros.

Apesar dessa expressividade, a gestão financeira continua sendo um dos maiores obstáculos enfrentados pelos MEIs no cotidiano. A contabilidade, orientada pelos princípios fundamentais estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), constitui ferramenta essencial para a organização das informações financeiras e para a tomada de decisões. Contudo, na prática, a aplicação desses princípios é frequentemente limitada por fatores como a baixa familiaridade com conceitos contábeis, a ausência de assessoria especializada e a informalidade que ainda permeia a gestão desses negócios (Oliveira; Silva; Macedo, 2025).

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão: como os princípios contábeis se aplicam à realidade dos microempreendedores individuais e quais desafios podem limitar sua efetiva utilização na gestão desses negócios? O objetivo geral é analisar como esses princípios se aplicam à realidade dos MEIs, identificando os principais desafios e limitações que comprometem sua efetiva utilização na prática, a partir de três objetivos específicos: caracterizar os princípios contábeis e sua relevância para pequenos negócios; descrever o perfil dos MEIs no Brasil; e identificar os principais desafios na aplicação desses princípios (Pires, 2024).

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender melhor a relação entre a teoria contábil e a prática dos microempreendedores, contribuindo tanto para os próprios MEIs quanto para profissionais da contabilidade e formuladores de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo no Brasil. Este estudo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, seguido da metodologia, dos resultados e da discussão e, por fim, das considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

Esta seção fundamenta-se nos principais conceitos relacionados aos princípios contábeis, ao perfil dos microempreendedores individuais e aos desafios na gestão financeira desses empreendimentos, além de apresentar a metodologia adotada e a análise dos resultados encontrados.

Princípios Contábeis: Fundamentos e Aplicações

Os princípios contábeis constituem as diretrizes fundamentais que orientam o registro e a interpretação das informações patrimoniais das entidades. De acordo

com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sua observância assegura uniformidade, comparabilidade e confiabilidade às demonstrações financeiras, sendo essencial para a correta interpretação da realidade patrimonial de qualquer organização. A sistematização desses princípios ao longo do tempo reflete a evolução da ciência contábil e sua busca por maior rigor técnico e transparência nas informações financeiras.

Entre os princípios mais relevantes para o contexto dos pequenos negócios, destaca-se

O princípio da entidade, que determina a separação entre o patrimônio pessoal do proprietário e

O patrimônio da empresa. Bastista *et al.* (2023) reforçam que esse princípio é um dos mais frequentemente desconsiderados no contexto dos pequenos negócios, sendo sua não observância uma das principais causas de desequilíbrio financeiro nas microempresas. Essa confusão patrimonial dificulta a avaliação real da saúde financeira do negócio e compromete qualquer análise de desempenho.

Outro princípio de grande relevância é o da competência, que determina que as receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento. Na prática dos MEIs, o descumprimento desse princípio leva a distorções nos resultados apurados, prejudicando a tomada de decisões financeiras. Da mesma forma, o princípio da continuidade pressupõe que a entidade continuará operando por tempo indeterminado, o que impacta diretamente a forma de avaliação dos ativos e passivos (IUDÍCIBUS, 2020).

Mendes e Niyama (2026) chamam a atenção para os conflitos que surgem na aplicação dos princípios no Brasil, especialmente diante das mudanças normativas promovidas pela convergência aos padrões internacionais do IASB, que geram interpretações divergentes e dilemas éticos na prática contábil. Para os microempreendedores, que geralmente não possuem formação técnica na área, essa complexidade normativa representa uma barreira adicional à adoção de práticas contábeis adequadas.

Iudícibus (2020) reforça que a teoria contábil, ao sistematizar os princípios, oferece um arcabouço indispensável para a gestão financeira eficaz de qualquer entidade, independentemente de seu porte. A aplicação desses princípios, ainda que de forma adaptada à realidade dos pequenos negócios, é capaz de proporcionar maior controle, transparência e segurança nas decisões financeiras, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos a longo prazo.

O Microempreendedor Individual no Brasil

O microempreendedor individual é uma categoria jurídica criada pela Lei Complementar nº 128/2008, com o objetivo de formalizar trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores, oferecendo-lhes acesso simplificado a direitos previdenciários e tributários. Para se enquadrar como MEI, o empreendedor deve faturar até R\$ 81.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa como

sócio ou titular e ter no máximo um empregado contratado. Esse regime tributário simplificado representa uma importante porta de entrada para a formalização de milhões de brasileiros que atuavam na informalidade.

Desde sua criação, a categoria do MEI registrou crescimento expressivo no Brasil. Em 2025, o país contava com mais de 15 milhões de microempreendedores individuais ativos, representando a maior parcela do total de empresas formalmente registradas no país (SEBRAE, 2025). Esse crescimento acelerado reflete não apenas a expansão do empreendedorismo no Brasil, mas também os efeitos de crises econômicas que levaram muitos trabalhadores a buscar a formalização como alternativa à desocupação.

Oliveira, Silva e Macedo (2025) destacam que, embora o MEI esteja legalmente dispensado de obrigações contábeis mais detalhadas como a elaboração de demonstrações financeiras completas, a adoção de ferramentas contábeis básicas é essencial para a sustentabilidade do negócio. O simples controle de entradas e saídas, a separação das finanças pessoais das empresariais e o acompanhamento do faturamento mensal já representam práticas contábeis capazes de impactar positivamente a gestão do empreendimento.

Almeida e Santos (2026) evidenciam que os MEIs que contam com orientação contábil apresentam documentação mais organizada, cometem menos erros no cumprimento de suas obrigações legais e possuem melhor entendimento sobre a saúde financeira de seus negócios. Os autores destacam ainda que a regularidade cadastral e o cumprimento das declarações anuais obrigatórias são significativamente mais frequentes entre os MEIs que recebem algum tipo de suporte contábil.

Souza, Neves e Silva (2023) apontam que a maior dificuldade dos MEIs reside na falta de percepção sobre a importância da contabilidade gerencial para a sobrevivência do negócio. Muitos empreendedores acreditam que, por estarem dispensados de obrigações contábeis formais, não necessitam de qualquer controle financeiro organizado, o que pode comprometer gravemente a gestão e a continuidade do empreendimento. Essa percepção equivocada é um dos principais fatores que contribuem para a elevada taxa de mortalidade dos pequenos negócios no Brasil.

Desafios na Gestão Financeira dos MEIs

Os desafios na gestão financeira dos pequenos negócios são amplamente discutidos na literatura. Pires (2024) identifica a falta de capital de giro, o acesso limitado a crédito e o baixo conhecimento financeiro dos gestores como os principais obstáculos enfrentados pelas micro e pequenas empresas. A falta de capital de giro, em especial, é apontada como um dos principais fatores de insolvência dos pequenos negócios, pois compromete a capacidade do empreendedor de honrar seus compromissos financeiros no curto prazo.

Silva, Silva e Carvalho (2024) acrescentam que a não utilização de ferramentas contábeis compromete a precisão das informações financeiras e

reduz o potencial de crescimento desses negócios. Em pesquisa realizada com 50 microempreendedores do município de Piracuruca-PI, os autores constataram que a maioria dos MEIs entrevistados não utilizava qualquer ferramenta de controle financeiro de forma sistemática, o que resultava em decisões baseadas em percepções subjetivas em vez de dados concretos.

Galindo *et al.* (2025) e Silva e Moreira (2025) convergem ao afirmar que a contabilidade gerencial, quando efetivamente adotada, representa um diferencial significativo na identificação de oportunidades e na tomada de decisões estratégicas. A utilização de relatórios gerenciais simples, como o fluxo de caixa e a demonstração de resultados, permite ao microempreendedor identificar períodos de maior e menor receita, planejar investimentos e antecipar dificuldades financeiras. No entanto, barreiras como a falta de conhecimento técnico e de recursos financeiros ainda limitam sua adoção pela maioria dos microempreendedores.

Colares (2025), em pesquisa realizada em um centro comercial na zona norte de Manaus, identificou que as principais dificuldades dos MEIs locais estavam relacionadas à falta de controle financeiro, ao desconhecimento das obrigações tributárias e à ausência de planejamento de longo prazo. Esses achados reforçam que os desafios na gestão financeira dos

MEIs não são exclusivos de uma região ou setor, mas refletem uma realidade ampla e estrutural do empreendedorismo brasileiro.

Martins Neto *et al.* (2024) evidenciam que, mesmo sem suporte técnico de um contador, os MEIs demonstram compreender, ainda que de forma intuitiva, alguns conceitos básicos da contabilidade em sua prática cotidiana. Esse achado sugere que há uma abertura para o aprendizado contábil entre esses empreendedores, o que reforça a importância de políticas de capacitação acessíveis e contextualizadas para esse público. A educação financeira voltada ao empreendedorismo pode ser um caminho eficaz para reduzir as lacunas entre o conhecimento contábil formal e a prática gerencial dos MEIs.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza básica e com objetivos exploratórios e descritivos. A abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, uma vez que a pesquisa busca compreender fenômenos relacionados à gestão contábil dos MEIs, privilegiando a interpretação e a análise crítica em detrimento da mensuração numérica (Gil, 2017). Do ponto de vista lógico, adota-se o método dedutivo, partindo dos princípios gerais estabelecidos pelo CFC para analisar sua aplicação no contexto específico dos MEIs.

O método de procedimento adotado é o bibliográfico, desenvolvido a partir da leitura, análise e interpretação de fontes já produzidas sobre o tema. O levantamento foi realizado nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores: microempreendedor individual, MEI, princípios contábeis, gestão financeira e contabilidade para pequenos negócios, de forma isolada ou combinada.

A seleção do material seguiu critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram incluídos estudos que abordam os princípios contábeis e/ou a gestão dos MEIs, publicados entre 2020 e 2025, com texto disponível na íntegra, em língua portuguesa. Foram excluídos trabalhos sem relação direta com o tema, publicações anteriores a 2020 e materiais sem identificação de autoria.

O material selecionado foi submetido à leitura crítica e interpretativa, buscando identificar convergências e divergências entre os autores no que diz respeito à aplicação dos princípios contábeis na realidade dos MEIs (Gil, 2017). O processo de seleção seguiu o protocolo PRISMA, conforme descrito no Quadro 1.

Figura 1 – Fluxograma de Seleção dos Estudos (Protocolo PRISMA).

Registros identificados nas bases de dados (n = 56)	Registros identificados por outras fontes (n = 0)
↓ IDENTIFICAÇÃO ↓ Registros após remoção de duplicatas (n = 56)	
↓ TRIAGEM ↓ Registros avaliados (n = 56)	Registros excluídos (n = 32) Motivo: fora do período, idioma ou tema
↓ ELEGIBILIDADE ↓ Artigos avaliados na íntegra (n = 24)	Artigos excluídos com justificativa (n = 14) Motivo: sem aderência ao tema central
↓ INCLUSÃO ↓ Estudos incluídos para síntese qualitativa (n = 10)	

Fonte: adaptado de Moher *et al.* (2009).

Análise e Discussão dos Resultados

A análise da literatura evidenciou que os princípios contábeis têm aplicação direta e relevante na gestão dos MEIs. O princípio da entidade mostrou-se o mais citado pelos autores consultados, sendo apontado por Bastista *et al.* (2023) como o mais frequentemente descumprido na prática dos pequenos negócios. A confusão entre finanças pessoais e empresariais compromete a qualidade das informações financeiras e dificulta a avaliação real do desempenho do negócio.

Os desafios identificados podem ser agrupados em três dimensões principais: conhecimento, recursos e cultura. No âmbito do conhecimento, Souza, Neves e Silva (2023) e Silva, Silva e Carvalho (2024) apontam que a maioria dos MEIs desconhece os princípios contábeis e suas implicações práticas. No que diz respeito aos recursos, Galindo *et al.* (2025) destacam que o custo da assessoria contábil é frequentemente apontado como impeditivo. Por fim, no âmbito cultural, Martins Neto *et al.* (2024) observam que muitos microempreendedores ainda enxergam a contabilidade apenas como obrigação fiscal, e não como ferramenta de gestão. O Quadro 2 sintetiza os principais achados.

Quadro 2 – Síntese dos Principais Desafios Identificados na Literatura.

Dimensão	Desafio	Autores
Conhecimento	Desconhecimento dos princípios contábeis	Souza <i>et al.</i> (2023); Silva <i>et al.</i> (2024)
Conhecimento	Confusão entre finanças pessoais e empresariais	Bastista <i>et al.</i> (2023); Almeida e Santos (2026)

Recursos	Custo da assessoria contábil	Galindo <i>et al.</i> (2025); Silva e Moreira (2025)
Recursos	Falta de capital de giro e acesso a crédito	Pires (2024)
Cultura	Visão da contabilidade apenas como obrigação fiscal	Martins Neto <i>et al.</i> (2024)
Normativo	Complexidade das normas contábeis	Mendes e Niyama (2026)

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar como os princípios contábeis estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade se aplicam à realidade dos microempreendedores individuais, identificando os principais desafios e limitações que comprometem sua efetiva utilização na prática. A partir da revisão da literatura, foi possível constatar que, embora os princípios contábeis sejam fundamentais para uma gestão financeira eficaz, sua aplicação pelos MEIs é frequentemente limitada por fatores de ordem técnica, financeira e cultural.

Os resultados indicam que o princípio da entidade é o mais relevante e, ao mesmo tempo, o mais descumprido no contexto dos pequenos negócios, evidenciando a necessidade de maior educação financeira e contábil voltada aos microempreendedores. A confusão entre patrimônio pessoal e empresarial, identificada por Bastista *et al.* (2023) como prática recorrente entre os MEIs, representa um risco direto à saúde financeira dos empreendimentos e dificulta qualquer análise de desempenho baseada em dados reais.

Além disso, a ausência de assessoria especializada e o custo dos serviços contábeis foram identificados como barreiras significativas para a adoção de práticas contábeis mais estruturadas. Conforme apontado por Galindo *et al.* (2025), muitos microempreendedores reconhecem a importância da contabilidade, mas se veem impossibilitados de acessar suporte profissional em função do custo envolvido. Essa lacuna evidencia a necessidade de políticas públicas que facilitem o acesso dos MEIs à orientação contábil de qualidade, seja por meio de programas governamentais, parcerias com entidades de classe ou iniciativas de universidades. Conclui-se que a compreensão dessas limitações é fundamental para orientar ações de capacitação voltadas ao fortalecimento da gestão contábil dos MEIs no Brasil. A articulação entre o poder público, entidades de classe como o CFC e o SEBRAE, e instituições de ensino pode contribuir significativamente para reduzir o distanciamento entre a teoria contábil e a prática dos microempreendedores. Iniciativas de educação financeira acessíveis, em linguagem simples e contextualizadas à realidade dos pequenos negócios, têm potencial para transformar

A relação dos MEIs com a contabilidade, tornando-a uma aliada na gestão e não apenas uma obrigação legal.

Este estudo apresenta como limitação o fato de se basear exclusivamente em fontes bibliográficas, sem coleta de dados primários junto aos próprios microempreendedores. Sugere-se que pesquisas futuras realizem estudos empíricos com MEIs de diferentes regiões e setores, especialmente na região Norte do Brasil, ainda pouco representada na literatura sobre o tema, a fim de aprofundar a compreensão sobre os desafios identificados e propor soluções mais concretas e contextualizadas. Estudos que utilizem questionários ou entrevistas com os próprios empreendedores poderão revelar dimensões ainda não captadas pela revisão bibliográfica aqui realizada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juliana Santos Lima de; SANTOS, Iracildo Silva. A relevância da contabilidade na gestão do MEI: um relato de experiência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2026.
- BASTISTA, Saylla Vitória Adorno; LIMA, Mônica de Souza; NASCIMENTO E GAMA, Giliarde Benavinto Albuquerque Calvalcante Virgulino Ribeiro. A relevância do princípio da entidade no contexto empresarial: uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 9, n. 10, p. 5459-5469, out. 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.11941.
- COLARES, Vitória Hellen dos Santos. **Desafios na gestão financeira de microempreendedores individuais: uma análise qualitativa em um centro comercial, na zona norte de Manaus**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas e princípios contábeis aplicáveis à contabilidade no Brasil**. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: mar. 2026.
- GALINDO, Márcia Cristiane da Silva *et al.* Os benefícios da contabilidade gerencial para os pequenos negócios. **Revista Científica Multidisciplinar do CEAP**, v. 7, n. 1, p. 10, 2025.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- MARTINS NETO, Hélio *et al.* A informação contábil como instrumento de gestão eficaz para os microempreendedores individuais. **Revista Transformar**, v. 17, n. 2, 2024.

MENDES, Alinie Rocha; NIYAMA, Jorge Katsumi. Princípios contábeis e características qualitativas da informação no Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, n. 4, 2026.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D.G. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **Annals of Internal Medicine**, v. 151, n. 4, p. 264-269, 2009.

OLIVEIRA, Edilene Cristina Barbosa de; SILVA, Cleber Fernando Alves da; MACEDO, Karla Gonçalves. A importância da contabilidade como ferramenta para o microempreendedor individual (MEI). **Revista Foco**, v. 18, n. 10, 2025.

PIRES, Schaiane Palmeira. Um estudo sobre a gestão financeira em micro e pequenas empresas na Quarta Colônia. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, p. 394-421, 2024.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Informações sobre microempreendedor individual e micro e pequenas empresas no Brasil**. Disponível em: <https://sebrae.com.br>. Acesso em: mar. 2026.

SILVA, Laiane Rodrigues da; MOREIRA, Ana Zenilce. A importância da contabilidade gerencial e do planejamento estratégico nas micro e pequenas empresas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 2959-2976, 2025.

SILVA, Moana Laysa Soares da; SILVA, Niclee dos Santos; CARVALHO, Tamires Almeida. A relevância do uso das ferramentas contábeis para o desenvolvimento dos microempreendedores individuais. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, v. 13, n. 25, p. 21-37, 2024.

SOUZA, Diego Silva; NEVES, André Santos; SILVA, Joenison Batista da. Contabilidade gerencial: a importância e sua aplicabilidade para um microempreendedor individual. **Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT-SERGIPE**, v. 8, n. 2, p. 113-130, 2023.

ANEXO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DISCIPLINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA

DECLARAÇÃO DE USO DE IA GENERATIVA

Este texto foi inteiramente elaborado pelos autores, mas contou com o auxílio das seguintes ferramentas de inteligência artificial generativa: Claude (Anthropic), para as seguintes finalidades: apoio à estruturação do artigo científico, revisão de texto, organização das referências bibliográficas em formato ABNT, sugestão de conteúdo para o referencial teórico e formatação do documento conforme as normas acadêmicas. O acesso foi feito em maio de 2026.

Após o uso destas ferramentas, os autores revisaram e editaram o conteúdo em conformidade com o método científico e os preceitos éticos e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

Manaus, 01 de junho de 2026.

NOME COMPLETO: Luiz Gustavo do Vale Linhares

CPF: 088.644.552-30

ASSINATURA:



Documento assinado digitalmente

LUIZ GUSTAVO DO VALE LINHARES

Data: 02/06/2026 13:46:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>